

Artigos livres

Racismo Ambiental: a Educação Antirracista contra o Capital

Environmental Racism: Anti-racist Education against Capital

Racismo Ambiental: Educación Antirracista contra el Capital

Mônica Regina Nascimento dos Santos 

¹ Universidade Federal de Alagoas , Campus Sertão, Delmiro Gouveia, AL, Brasil

RESUMO

Reflexão sobre o racismo ambiental a partir da relação entre trabalho e educação, buscando compreender a partir da perspectiva da totalidade social, a importância e o lugar da educação no enfrentamento do capital. Por meio do estudo bibliográfico de autores com base em autores como Krupskaya (2017), Mészáros (2008; 2016), Tonet (2015; 2016), Saviani (2008), Freire (1996), entre outros, situados no campo da defesa da formação humana, verifica-se a relevância da educação antirracista que se ancora na defesa do meio ambiente e do território cultural, sobretudo, quilombola.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Educação antirracista; Racismo ambiental

ABSTRACT

A reflection on environmental racism from the perspective of the relationship between work and education, seeking to understand, from the perspective of social totality, the importance and place of education in confronting capital. Through a bibliographic study of authors such as Krupskaya (2017), Mészáros (2008; 2016), Tonet (2015; 2016), Saviani (2008), Freire (1996), among others, situated in the field of defending human development, the relevance of anti-racist education, anchored in the defense of the environment and cultural territory, especially that of quilombola communities, is verified.

Keywords: Structural racism; Anti-racist education; Environmental racism

RESUMEN

Una reflexión sobre el racismo ambiental desde la perspectiva de la relación entre trabajo y educación, que busca comprender, desde la perspectiva de la totalidad social, la importancia y el lugar de la educación

para confrontar el capital. A través de un estudio bibliográfico de autores como Krupskaya (2017), Mészáros (2008; 2016), Tonet (2015; 2016), Saviani (2008), Freire (1996), entre otros, situados en el campo de la defensa del desarrollo humano, se verifica la relevancia de la educación antirracista, anclada en la defensa del medio ambiente y el territorio cultural, especialmente el de las comunidades quilombolas.

Palabras clave: Racismo estructural; Educación antirracista; Racismo ambiental

1 INTRODUÇÃO

A educação antirracista contra o capital é um axioma amplo que possui muitas facetas, aqui se busca explorar a questão ambiental, pelo viés do racismo ambiental, analisada a partir da relação com a categoria do trabalho, entendendo a educação como ato político, portanto, como uma ferramenta necessária no processo de tomada de decisão em favor da emancipação humana ancorada na luta dos trabalhadores contra o capital.

Neste sentido, a partir da ontologia social, o artigo, nos tópicos abaixo, se propõe a discutir a natureza e função social das categorias trabalho e educação como ponto de partida para a compreensão do papel que a educação desempenha em cada tempo histórico e como ela paradoxalmente reproduzir e combater o racismo estrutural, com foco para o racismo ambiental. E ao final faz a defesa da educação antirracista contra o capital, como ferramenta para emancipação humana.

2 NATUREZA E FUNÇÃO SOCIAL DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO

A apreensão da relação entre trabalho e educação é fundamental para a compreensão do papel e do lugar da educação no interior da sociedade, pois, a educação é uma atividade social inseparável do trabalho, uma vez que ela tem a função de propiciar aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, produzidos socialmente pela humanidade nos processos de realização de trabalho. Neste sentido, para essa apreensão, vamos iniciar pela investigação sobre a natureza e função social destas duas categorias.

Sobre a natureza e função social da educação, entendemos que, a educação é uma mediação para o devir humano, para o processo de tornar-se homem dos indivíduos. E de que forma isto acontece? A chave para compreendermos esse processo é a categoria trabalho.

Sobre o trabalho, partimos do pressuposto de que ele é o fundamento do ser social. Compreendemos o trabalho como categoria fundante porque, sua natureza é sempre social (Tonet, 2016), traduzindo em miúdos, ao realizar trabalho – mesmo que, apenas para a satisfação de suas necessidades individuais –, transformando a natureza física para a produção de bens de consumo, os homens, não apenas, estão dando materialidade a um novo ser, que é necessariamente um ser social, como, nesse processo, estão transformando a si próprios, a sua própria natureza.

E onde entra a educação nisto tudo? Ao realizar trabalho, os indivíduos acionam “conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos etc.”, comuns ao seu grupo” (Tonet, 2016, p. 67), mas esses elementos não brotam do nada. Esses conhecimentos são fruto dessa processualidade fundada pelo trabalho. Diferente dos animais, cuja atividade é sempre a reprodução do mesmo. A abelha por exemplo, sempre fabrica o mel, cada espécie de passarinho sempre faz seu ninho no mesmo modelo. Homens, ao contrário, ao realizar trabalho, transformam não apenas a natureza física, mas também suas consciências, produzindo conhecimento, este conhecimento, na perspectiva freiriana é político¹, fruto do ato de trabalho, do engajamento social – consciente ou não – dos produtores da riqueza social.

Dentro desse processo de produção de conhecimento, a educação ocupa um lugar de mediação, é por meio da educação que os indivíduos se apropriam dos conhecimentos produzidos pelo gênero humano (Saviani, 2008). Consequentemente, cada nova geração não apenas se apropria por meio da educação, dos conhecimentos produzidos socialmente, como também, acrescenta algo de seu e isto diz respeito ao próprio movimento histórico da sociabilidade com todas as suas contradições internas.

¹ Não se trata da política partidária, mas, da dimensão política que é fruto da ação humana.

Bem, uma vez que descobrimos qual é a natureza e a função social da educação, precisamos entender como estes elementos se materializam ao longo da história.

Cada modo de produção social, ou seja, cada forma histórica de organização do trabalho produtivo: seja ele escravo, servil, assalariado ou associado (Mészáros, 2016), requer um tipo específico de educação. Pois, “são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento” (Marx, 1998, p. 19-20). Deste modo, parafraseando Marx, basta me dizer qual a forma de trabalho predominante em cada tempo histórico, que te direi qual tipo de educação se faz necessária, para atender as necessidades postas por esta forma de trabalho.

3 PAPEL DA EDUCAÇÃO EM CADA TEMPO HISTÓRICO

Sobre a relação entre trabalho e educação, segundo Mészáros (2008, p. 68), a “ideia de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissociabilidade, é muito antiga”, porém, dada a condicionalidade da *igualdade substancial* entre os seres humanos, essa intenção sobreviveu “como uma ideia bastante frustrada” (Idem), “no reino das *utopias educacionais* irrealizáveis” (Ibidem, p. 81).

Partindo da realidade brasileira, desde 1549, com a chegada dos padres jesuítas, ocorreu a hegemonia da educação tradicional, em todo o território, durante o período colonial, cujo equivalente Krupskaya (2017, p. 37), chamava de “escola de ensino”. Nas palavras dela, essas escolas eram “usualmente livresca, [...] isolada da vida e sem ligação com o trabalho” (Idem).

No período colonial no Brasil, a organização do trabalho estava assentada no escravismo, logo, a educação de tipo tradicional atendia perfeitamente às necessidades demandadas por este modelo societário.

Era uma educação voltada ao percentual mínimo que tinha acesso ao ensino formal, marcadamente homens livres, brancos e ricos. Uma educação ofertada

pelos jesuítas, configurada aos moldes da escola de ensino, *livresca, sem relação com a vida e sem ligação com o trabalho*, com o propósito apenas de formar intelectuais, porque esses homens, viviam, majoritariamente, do ócio, pois compunham uma elite caracterizada por serem os filhos de grandes fazendeiros, de comerciantes ricos e de funcionários do alto escalão da Coroa, os quais precisavam se impor culturalmente, como superiores.

Com o processo de assalariamento, instituído pelo fim da escravidão e início da industrialização no Brasil², houve a necessidade de formar uma força de trabalho qualificada para operar a maquinaria, bem como, formar mercado consumidor, para os produtos fabris, nesse bojo, dois novos modelos de escola foram engendrados, a Escola Nova e a Escola Tecnicista. Embora elas tenham surgido em anos diferentes, elas se complementam na ideia de formar uma força de trabalho de novo tipo.

O novo processo de ensino, que Krupskaya chamou de “escola de trabalho”³, tinha configurações muito distintas do modelo tradicional de educação.

A escola do trabalho, no entanto, não pode se basear nos mesmos princípios nos quais se baseia a escola de ensino. Ela requer o desenvolvimento de uma independência dos estudantes, exige o desenvolvimento da personalidade do estudante. A repressão da personalidade do estudante e o disciplinamento externo dificilmente são compatíveis com as tarefas que a escola do trabalho se coloca. Os novos métodos exigem um corpo docente completamente diferente. O professor que se acostumou com a rotina e que espera por orientações relativas a cada passo, não é adequado para tal escola. A escola do trabalho exige uma relação viva com ela, específica. Velhas formas de controle são impraticáveis. Há necessidade de controle mútuo dos estudantes, de controle da população. Mas não somente é necessário o controle de parte da população, mas também é necessária a ampla colaboração da população com a escola. A escola do trabalho supõe uma estreita ligação do ensino com a produção, e isso não é viável sem o envolvimento da população trabalhadora nesta tarefa, representada pelas suas organizações. (Krupskaya, 2017, p.37-38)

As escolas do trabalho representavam um avanço em relação às escolas de ensino, por instituírem um modelo funcionamento que estimulava a personalidade dos alunos e uma profissionalidade ativa por parte dos professores, além de certo nível de autonomia para ambos, para que pudessem aflorar suas criatividade. Ainda de acordo

² Os “anos dourados da indústria têxtil no Brasil (ocorreram em) (1880-1930)”, (Marson, 2023, p. 10, grifo nosso).

³ Inspirada no modelo Norte Americano.

com esta autora, “O interesse do estudante, a satisfação de suas necessidades na atividade e a criatividade são colocados no centro do ensino” (Krupskaya, 2017, p. 55).

O aumento das escolas de novo tipo eram inevitáveis segundo Nadejda Krupskaya, pois o crescimento da atividade industrial demandava “trabalhadores com a sua própria “cara”, que trabalhem não apenas por ordens, mas adicionem ao trabalho a própria iniciativa, inserindo no trabalho seu “eu”” (Krupskaya, 2017, p. 58, grifos da autora).

No entanto, nas experiências investigadas, por Krupskaya (2017, p. 52), a escola não era igual para todas as classes. Havia a escola “popular”, “frequentada pelos filhos das classes trabalhadoras”, e as chamadas escolas “médias” destinadas às “crianças das camadas ricas e que perseguem outros objetivos - a preparação da camada dos “comandantes””.

No Brasil, o modelo de *escola do trabalho*, se materializou nas chamadas Pedagogia Nova e Pedagogia Tecnicista e de acordo com Saviani (2006), a Pedagogia Nova, inspirada em John Dewey – filósofo e pedagogo que fundamentou a Escola Nova dos Estados Unidos – estava centrada nos alunos e no desenvolvimento de sua personalidade e autonomia, por meio de um ensino individualizado, mas, sua implantação acabou por “rebaixar o nível de ensino destinado às camadas populares, [...]. Em contrapartida, a “Escola Nova” aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites” (Saviani, 2006, p. 10).

Por outro lado, a Pedagogia Tecnicista, segundo Saviani (2006, p. 14) centrou no procedimento e no “ensinar a fazer”, na preparação da força de trabalho, por meio da transposição do “funcionamento do sistema fabril”. Contudo, “a pedagogia tecnicista acabou por contribuir para aumentar o caos no campo educativo, gerando tal nível de descontinuidade, de heterogeneidade e fragmentação” (Idem).

Instituiu-se no Brasil a dualidade no ensino, constituída por uma escola de qualidade, focada nas necessidades individuais dos alunos e outra, de menor qualidade,

voltada à formação para o trabalho, direcionada à classe média, se considerarmos os baixos índices de acesso à educação no período (Saviani, 2006).

A dualidade do ensino nada mais é do que a expressão da educação classista – um tipo diferente de educação para cada classe social – mas, não dentro do espírito filosófico defendido por Krupskaya, de uma escola concebida e organizada pela classe trabalhadora para atender aos seus interesses de classe.

Ao contrário, o que se viu foi a estruturação do que a autora chamou de *escola de estilo burguês*⁴, concebida para atender aos interesses da burguesia, pois, mesmo onde se implantou o mais alto nível de educação, se tratou de uma escola assentada numa caricatura de realidade, concebida para dar aos alunos apenas uma ideia de autonomia de modo a canalizar suas competências, habilidades e criatividade para o aprimoramento da racionalidade da produção de mercadorias para o capital.

Nos tempos hodiernos, a racionalidade educativa tem requerido maior autonomia e criatividade de professores e alunos em todos os processos da relação professor-aluno. Ora, mas não é isso o que os trabalhadores pedem? Um ensino que os habilite ao mundo do trabalho e que estimule sua criatividade e autonomia?

Em primeiro lugar, é preciso distinguir a diferença entre mundo do trabalho e mercado do trabalho. Em segundo lugar, é preciso constatar que o cenário educacional no Brasil é outro, pois também é outra a forma como o trabalho assalariado se apresenta no interior do capitalismo. Segundo Antunes (2020) a organização neoliberal do trabalho assalariado no bojo da *indústria 4.0*, se traduz no aumento de subempregos, uberização, plataformização e controle algorítmico do trabalho. Isto tem demandado um ensino aligeirado, voltado ao empreendedorismo digital, onde a autonomia e criatividade tem como limite máximo, o mercado de trabalho.

⁴ Krupskaya (2017, p. 56) se referia aos internatos destinados aos filhos da elite que viviam dentro de uma bolha social, numa simulação de realidade. “A atmosfera artificial do internato rural pode ser melhor do que a atmosfera de estagnação do liceu, mas é inútil, frequentemente mais liberal do que a atmosfera de uma família burguesa, mas um internato, mesmo sendo razoavelmente organizado, continua a ser um internato, isto é, ele isola o estudante da vida real, restringe a esfera das impressões sociais e de vivências do estudante”.

O currículo do chamado Novo Ensino Médio é um claro exemplo disto, desta racionalidade que demanda autonomia e criatividade a partir do falseamento da realidade e da construção da ideia de liberdade aos alunos. Deste modo, o Novo Ensino Médio é a expressão da crise estrutural do capital, que gerou a necessidade de adoção da racionalidade neoliberal no ensino, onde os alunos são preparados para um mercado de trabalho controlado pelo algoritmo de empresas que operam em escala planetária (Grohmann, 2020).

É certo que uma parcela de “novos trabalhos” será criada entre aqueles com mais “aptidões”, mais “inteligência”, mais “capacitações” (para recordar o ideário empresarial), amplificando o caráter de segregação societal existente. Contudo, é impossível não deixar de alertar, com todas as letras, que as precarizações, as “subutilizações”, o subemprego e o desemprego tenderão a aumentar celeremente. Sem tergiversações: com a Indústria 4.0 teremos uma nova fase da hegemonia informacional-digital, sob comando do capital financeiro, na qual celulares, tablets, smartphones e assemelhados cada vez mais se converterão em importantes instrumentos de controle, supervisão e comando nesta nova etapa da ciberindústria do século XXI (Antunes, 2020, p. 21)

Nesse contexto o ensino segue dual, onde a criatividade se direciona a empreender no interior trabalho plataformizado – nos vários níveis de subempregos – e a autonomia se volta aos cargos administrativos ocupados pela burguesia. E quais são os corpos privilegiados no interior desta engrenagem social? Como o dispositivo da racialidade atravessa a nova organização do trabalho e da educação?

4 RACISMO ESTRUTURAL E AS EXPRESSÕES DO RACISMO AMBIENTAL

O racismo é um fenômeno enraizado na estrutura social a partir do colonialismo, cuja processualidade instituiu o escravismo e promoveu a acumulação primitiva de capital. No interior das relações sociais racializadas ele atua como uma tecnologia de controle dos corpos historicamente inferiorizados. De acordo com Almeida (2019, p. 20), ele é “uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania”. Citando Michel Foucault, Almeida (2019) assevera que não se trata de um mero discurso ou ideologia, mas sim, de uma tecnologia de poder à serviço do Estado. E ancorado em Achille Mbembe, o

autor reforça que essa tecnologia de poder à serviço do Estado, institui na dinâmica social a lógica da necropolítica, compreendendo a partir de Marx (2017), que o Estado é um ente político à serviço da classe dominante.

Como também observa Achille Mbembe, o neoliberalismo cria o devir-negro no mundo: as mazelas econômicas antes destinadas aos habitantes das colônias agora se espalham para todos os cantos e ameaçam fazer com que toda a humanidade venha a ter o seu dia de negro, que pouco tem a ver com a cor da pele, mas essencialmente com a condição de viver para a morte, de conviver com o medo, com a expectativa ou com a efetividade da vida pobre e miserável. A descrição de pessoas que vivem “normalmente” sob a mira de um fuzil, que têm a casa invadida durante a noite, que têm de pular corpos para se locomover, que convivem com o desaparecimento inexplicável de amigos e/ou parentes é compatível com diversos lugares do mundo e atesta a universalização da necropolítica e do racismo de Estado, inclusive no Brasil. (Almeida, 2019, p. 77)

Por sua natureza, o racismo é sempre estrutural, embora no interior da vida social ele se manifeste de diferentes formas: religioso, ambiental, gnosiológico, obstétrico, institucional, recreativo entre outras, não havendo hierarquia entre elas. Aqui, no entanto, a abordagem focará no racismo ambiental, considerando a educação como um espaço de diálogo e reflexões sobre o uso sustentável⁵ do meio ambiente.

A pauta ambiental tem colocado na ordem do dia a emergência climática e seus efeitos sobre o ambiente, tais como o desequilíbrio em biomas importantes e suas consequências: chuvas intensas que provocam inundações, ondas de calor e secas prolongadas, que colocam em risco a existência de diversas espécies da fauna e flora.

Esse desequilíbrio ambiental, provocado pela ação humana em ações como desmatamentos, modelos insustentáveis de consumo e ocupação, destruição de nascentes – devido ao uso excessivo de agrotóxico, derrubada de árvores, compactação do solo pelo gado entre outras razões –, tem efeitos devastadores para povos periféricos, sobretudo, para comunidades tradicionais.

Nessa perspectiva, pensar o racismo ambiental significa discutir a espacialização racializada na ocupação dos territórios (Filgueira, 2021) e problematizar os processos de gentrificação dos territórios periféricos. Pois, a produção e reprodução do capital

⁵ Não se trata aqui da sustentabilidade do agronegócio, mas, da sustentabilidade da existência humana na terra e da produção orgânica ambientalmente sustentável.

se dá a partir da devastação e esgotamento do ambiente e da força de trabalho, uma vez que, segundo Karl Marx, “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (Marx, 2017, p. 574).

Em sociedades assentadas no trabalho assalariado, portanto, na exploração da força de trabalho para produção de mercadorias, as relações sociais se tornam naturalmente desiguais, neste sentido, a degradação do ambiente é sentida de modo mais intenso em territórios de vulnerabilidade social.

Destarte, os efeitos da reprodução social do capital,

são sentidos por todo o gênero humano, contudo, sendo essa sociedade estruturada na desigualdade, as populações com algum tipo de desproteção social são as mais afetadas, especialmente as mais pobres, periféricas, quilombolas, negras, indígenas, entre outras, configurando-se, assim, um racismo ambiental. (Scabello; Sardinha, 2025, p. 02)

As comunidades tradicionais afetadas pelo racismo ambiental, são assim denominadas pelo Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007,

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007)⁶

Com base no Decreto, esses grupos culturalmente diferenciados, se configuram como “indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de babaçu, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, faxinalenses, geraizeiros, vazanteiros, povos dos fundos e fechos de pasto, caiçaras, entre outros” (Scabello; Sardinha, 2025, p. 02) que vivem em territórios periféricos vulnerabilizados.

O racismo cria várias formas de atuar e dentro de suas diversas facetas vai vestindo a roupa que lhe é conveniente. Um exemplo que pode ser citado é a escolha dos locais para construir aterros sanitários, que, na maioria das vezes, são colocados em bairros periféricos nos quais a população negra se encontra e é obrigada a receber os chamados “lixões” perto de suas moradas. Nada disso é instalado nos bairros burgueses, como Jardins e Morumbi, em São Paulo, ou no Leblon, no Rio de Janeiro. (Dealdina, 2023, p. 83)

⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em junho de 2026.

São nesses territórios periféricos que geralmente são instalados os presídios, lixões, mineração, indústrias poluentes e insalubres, contribuindo para a estigmatização desses espaços, onde os equipamentos socioculturais não os alcançam, mas o braço armado do Estado os tem muito bem mapeados, por serem espacializações racializadas.

Como dito por Dutra (2023), a justiça ambiental passa pela justiça racial, pois o que se verifica no Brasil “é um mecanismo de controle social em que se opera um alto controle sobre os corpos indígenas e corpos negros direcionando-os para os lugares que a eles estão dados” (Dutra, 2023, p. 89). O racismo ambiental é portanto, o controle do território onde residem os corpos controlados, uma tecnologia social de biocontrole.

E complementando, conforme Ivo Tonet, “as relações que os homens estabelecem com a natureza dependem das relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza” neste sentido, “a resolução dos problemas ecológicos passa, hoje, necessariamente, pela mudança da forma do trabalho” (Tonet, 2015, p. 08). Sob o trabalho assalariado, a relação de exploração da força de trabalho e depredação da natureza, para a produção de lucro em larga escala, determina as relações sociais como um todo, sobretudo suas particularidades. Em decorrência, o racismo ambiental é produto das desigualdades sociais e no Brasil, começou com a chegada das caravelas (Belmont, 2023).

Exatamente por isso, a educação antirracista compreende o respeito e valorização da identidade e pertencimento cultural dos grupos racializados, mas também perpassa a discussão sobre todas as formas apropriadas pelo capital para a promoção do racismo, a exemplo do racismo ambiental.

5 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA CONTRA O CAPITAL

Nesse contexto, podemos afirmar que a educação contra o capital é a educação organizada pela classe trabalhadora, pensando o sujeito em toda a sua integralidade,

principalmente a partir de sua relação com a terra, sua principal raiz, como dito por Ailton Krenak (2019), em suas ideias para adiar o fim do mundo, “a ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda” (Krenak, 2019, p. 22), portanto, é preciso aprender com ela.

A educação – apesar de suas limitações essenciais – tem o potencial de problematizar a existência humana e sua relação com a natureza, mas, antes é preciso definir de qual educação se está falando.

Como afirmou Krupskaya enquanto “a organização da questão escolar estiver nas mãos da burguesia, a escola do trabalho será um instrumento dirigido contra os interesses da classe operária” (Krupskaya, 2017, p. 60), pois, “apenas a classe operária pode fazer da escola do trabalho ‘um instrumento de transformação da sociedade moderna’”. (Idem). Mas como a educação antirracista se articula à educação do trabalho contra o capital?

Ora, a educação contra o capital tem a função de promover a omnilateralidade nos sujeitos, ou seja, desenvolver todas as suas capacidades mentais e corporais, alguns chamam isto de desenvolvimento das múltiplas inteligências, mas está para além disso. Pois, não parte da concepção do sujeito isolado, mas da ideia de organização politécnica do ensino à serviço da coletividade, com vistas à plena emancipação. A emancipação humana compreende alguns princípios básicos, o antirracismo tem que ser um deles. Como dito por Ângela Davis, em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista⁷.

Ser antirracista compreende reconhecer a existência do privilégio branco e entender que as desigualdades sociais no Brasil têm cor. Significa o combate da euronormatividade nos currículos e articular o antirracismo ao anticlassismo.

Esse tipo de educação antirracista contra o capital não consegue se estabelecer plenamente no interior da organização do trabalho de tipo assalariado que estimula

⁷ Frase proferida por Ângela Yvonne Davis – ativista norte-americana na luta por direitos civis para pessoas negras - em seus discursos.

a competição meritocrática, o individualismo burguês e a subordinação da força de trabalho, sobretudo dos corpos negros, ao capital.

A educação antirracista contra o capital só consegue se estabelecer plenamente no interior do trabalho livre e conscientemente associado. E o que fazer até lá?

Ivo Tonet no livro *Educação contra o capital* (2016), defende a implementação de atividades educativas emancipadoras e Cida Bento no livro *O pacto da branquitude* (2022), discute a necessidade de projetos de transformação para o combate ao racismo na escola. Em ambos os casos não se trata de receitas prontas a serem aplicadas em quaisquer situações, mas sim de orientações e perspectivas de atuação a partir das quais devem ser direcionadas reflexões à luz da realidade objetiva.

Sobre as atividades educativas emancipadoras, o autor elenca alguns requisitos básicos, a partir da explicitação dos limites educação escolar sob o capital e da distinção entre a educação *lato sensu* e a institucional:

- 1) Conhecimento acerca do fim a ser atingido (a emancipação humana); 2) Apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista; 3) Conhecimento da natureza específica da educação; 4) Domínio dos conteúdos específicos a serem ensinados; 5) Articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores. (Tonet, 2016, p. 141)

Portanto, são atividades no interior de uma ação ampla, na perspectiva de uma educação orientada para a emancipação humana e comprometida com a luta dos trabalhadores contra o capital. E em relação aos projetos de transformação, propostos por Cida Benta, dizem respeito às ações que se orientam para a equidade racial, e não partem de uma compreensão rasa de diversidade, entendida como mera diferença cultural, rompendo com estereótipos e com a ideia de universal como um modelo único dos currículos, sobretudo, na relação com a terra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo o exposto até aqui, depreende-se que da articulação entre antirracismo e anticlassismo na educação para o combate ao racismo ambiental,

se deduz que é um trabalho cotidiano, orientado para a emancipação universal dos sujeitos, pensados, de modo equitativo a partir da totalidade social, em suas singularidades. Inclusive Krupskaya no pós-revolução defendia a escola livre, onde seu espírito geral não compactuava com sexismo, preconceitos e estereótipos. Portanto, contra o capital, precisamos de uma educação antirracista, livre de sexismo e que combata estereótipos voltada para a coletividade, orientada ao respeito às singularidades dos sujeitos sociais, valorizando as vivências das comunidades tradicionais, inclusive suas lutas.

Neste sentido, o combate ao racismo ambiental, por meio da educação em sua indissociabilidade com o trabalho é o compromisso com a defesa da terra e da organização social baseada no trabalho associado, enquanto ação política continuada e conscientemente livre da classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

“A TERRA DÁ, A TERRA COMO” (NEGO BISPO). IN MEMORIAM

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BELMONT, M. Racismo ambiental chegou com as caravelas. *In*: BELMONT, M. (Org.) **Racismo Ambiental e emergências climáticas no Brasil**. São Paulo: Peregum; Ralituras, 2023.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL, **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Diário Oficial da União, 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em maio de 2026.
- DEALDINA, S. O passado presente. *In*: BELMONT, M. (Org.) **Racismo Ambiental e emergências climáticas no Brasil**. São Paulo: Peregum; Ralituras, 2023.

DUTRA, A. Racismo Ambiental: justiça Climática é justiça Racial. *In*: BELMONT, M. (Org.) **Racismo Ambiental e emergências climáticas no Brasil**. São Paulo: Peregum; Ralituras, 2023.

FILGUEIRA, A. L. de S. **Racismo ambiental, cidadania e biopolítica**: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico -Goiânia-GO*, v. 15, n. 2, ago/2021, p. 186–201

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GROHMAN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. *In*: ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRUPSKAYA, N.K. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARSON, M. D. **As origens e evolução da indústria têxtil no Brasil**: uma perspectiva global e de longo prazo. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2023/submissao/files_/i3-7c6f5a632e4c102b7310622e981a3cc0.pdf. Acesso em maio de 2026.

MARX, K. **A ideologia alemã**. Luis Claudio de Castro e Costa (Trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital. Rubens Enderle (Trad.) 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Isa Tavares (Trad.), 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Da igualdade primitiva à igualdade substantiva** – via escravidão. Publicado em 2016. Disponível em <https://marxismo21.org/istvan-mezzaros-1930-2017>. acesso em 10 de fevereiro de 2026.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 38ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SCABELLO, J.C.; SARDINHA, T.M.M. **Povos e comunidades tradicionais e racismo ambiental**: o que a branquitude tem a ver com isso? *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, v. 148(2), e-6628481, 2025.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 3a edição ampliada. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.

TONET, I. **Educação e meio ambiente**. *In*: Rebela, v. 3, n. 5, 2015.

DECLARAÇÕES

Contribuição de Autoria

1 – Mônica Regina Nascimento dos Santos

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

<https://orcid.org/0000-0002-4587-6036> • monica.santos@delmiro.ufal.br

Contribuição: Escrita; Supervisão; Conceitualização; Curadoria dos Dados; Metodologia; Redação; Revisão final e Edição.

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

SANTOS, M. R. N. Racismo Ambiental: a Educação Antirracista contra o Capital. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, n. 1, e97231, 2026. DOI: 10.5902/2317175897231. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175897231>.